

# Confronto faz Reforma Agrária aprovar só 2 artigos

Brasília — Luiz Antônio Ribeiro

BRASÍLIA — Ao final de 30 dias de trabalho, mais de 15 audiências públicas, três viagens de parlamentares para observar de perto os conflitos de terra nos estados do Pará, Goiás e Mato Grosso e mais de 14 horas de votação, os 25 membros da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária apresentaram apenas dois artigos à Constituinte. Os dois grupos — conservadores e progressistas — que disputavam a aprovação de projetos se dizem vencedores. Não pelo que estão sugerindo à Constituinte, mas pelo que evitaram que o grupo adversário sugerisse. Os dois artigos dizem o seguinte:

“Art. 1º — É garantido o direito de propriedade de imóvel rural, que deve cumprir uma função social.

Parágrafo único. A função social da propriedade é cumprida quando: a) é racionalmente aproveitada; b) conserva os recursos naturais renováveis e preserva o meio ambiente; c) observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho; e c) propicia o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que dela dependem.

Art. 2º — A justiça federal criará varas especializadas para dirimir conflitos fundiários nas regiões de tensão social.”

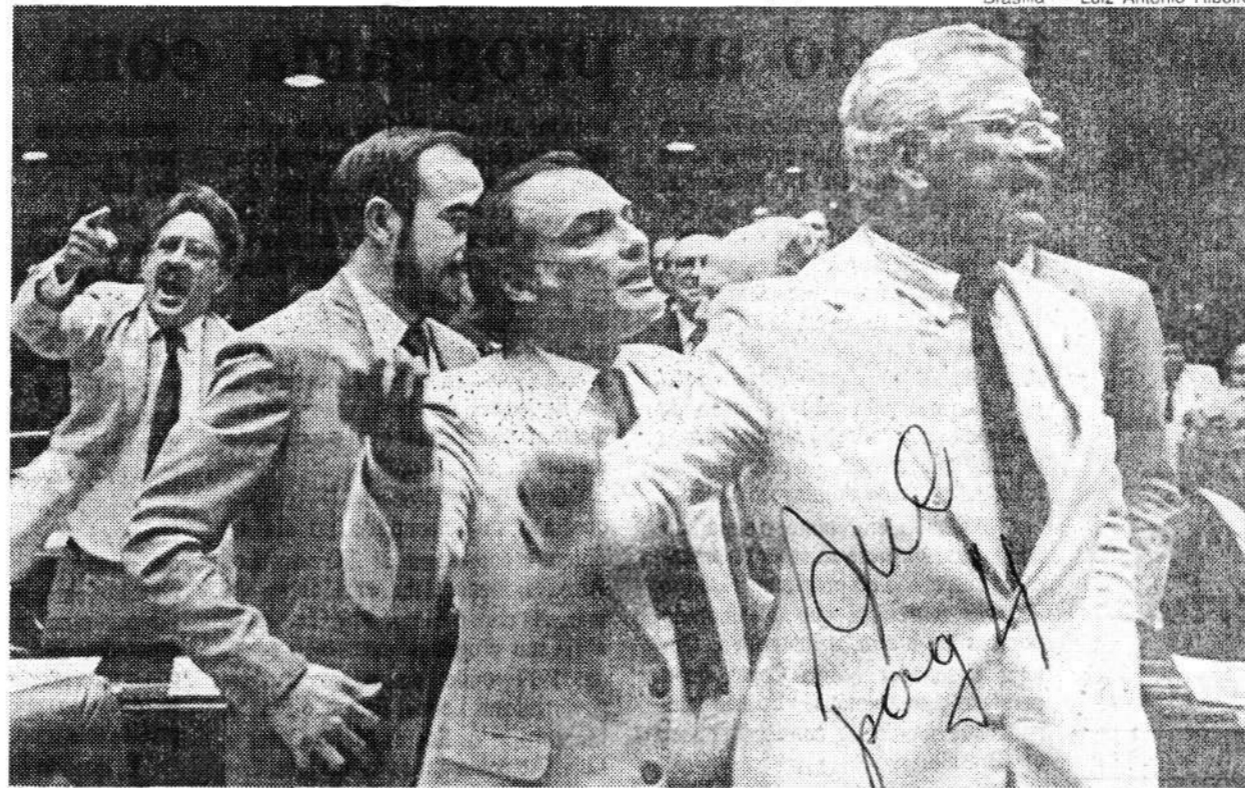
Os progressistas que queriam aprovar um anteprojeto “longe de ser o ideal, mas que contém alguns avanços reconhecidos” são os deputados Aldo Arantes (PC do B-GO), Fernando Santana (PCB-BA), Irma Passoni (PT-SP), Amaury Müller (PDT-RS), Santinho Furtado (PMDB-PR), Virgílio Guimarães (PT-MG), Vicente Bogo (PMDB-RS), Benedicto Monteiro (PMDB-PA), Raquel Ca-

piberibe (PMDB-AP) Percival Muniz (PMDB-MT) e o senador Márcio Lacerca (PMDB-MT), além do próprio relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE).

Não conseguiram aprovar alguns itens considerados fundamentais para “iniciar efetivamente o processo de reforma agrária no país”, diz o deputado Aldo Arantes, que são fixação do limite de propriedade em 100 módulos — cerca de 11 mil hectares na Região Norte, 6.700 hectares na Região Centro-Sul e 2 mil hectares da Região Sul, e a imissão imediata de posse, como ocorre nas desapropriações urbanas. Mesmo assim, acreditam que foram vitoriosos porque impediram que os conservadores aprovassem uma sugestão “que só interessa aos grandes proprietários e que não promove a reforma agrária”, como alegou o relator Osvaldo Lima Filho.

Falando pelos conservadores que no primeiro momento conseguiram ver aprovado o seu projeto para depois assistirem à proposta ser descaracterizada, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse que “a vitória é nossa, porque, afinal, os dois artigos aprovados pelo a subcomissão são oriundos do substitutivo do deputado Rosa Prata, que apoiamos.

Os conservadores, além de Roberto Cardoso Alves, são Rosa Prata e Alysson Paulinelli, Jorge Viana (PMDB-BA), Victor Fontana (PMDB-SC), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Jonal Pinheiro (PFL-MT), José Egrega (PTB-SP), Virgílio Galassi (PMDB-MG), Gilson Machado (PFL-PE), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), o suplente Osvaldo Almeida (PL-RJ) e o presidente Edison Lobão (PFL-MA).



Cardoso Alves (D) e Roberto Freire interpelam a Mesa enquanto Aldo Arantes (E) berra

## Polarização do PMDB é decisiva

A polarização do PMDB em torno do mandato do presidente Sarney vai ser decisiva daqui por diante na aprovação das teses consideradas mais progressistas na Constituinte, de acordo com a opinião do primeiro presidente do Inbra durante a Nova República, José Gomes da Silva, que se afastou por divergências com a política fundiária do governo em outubro de 1985. “Não é surpreendente a divisão”, diz, “mas a violência com que estão ocorrendo os debates, tanto em plenário quanto no Interior do PMDB.”

— Todo mundo sabia que a discussão do direito de propriedade iria polarizar essa Constituinte — diz ainda o ex-presidente do Inbra, que acredita ser o tema o verdadeiro “divisor de águas” ideológico da assembleia.

## Segurança bate em fotógrafo

Os agentes de segurança do Senado Federal agrediram com socos e empurrões o fotógrafo Sérgio Marques, do jornal *O Globo* dentro do plenário, enquanto se realizava a sessão de votação da Subcomissão da Reforma Agrária. Sérgio Marques sofreu fratura no septo e cortes internos no lábio inferior e acima do lábio superior.

Medicado na Clínica Daher, realizou exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal e registrou queixa na 1ª Delegacia de Polícia. A agressão ao fotógrafo foi o desfecho de uma série de pequenos incidentes entre jornalistas e a segurança desde o início da sessão, no sábado.

## Lobão atropelou regimento

Embora ausentes da sessão — um durante toda ela, o outro durante a maior parte —, foram os deputados Ulysses Guimarães e Benedicto Monteiro que tiveram seus nomes mais pronunciados na longa reunião de mais de 14 horas da Subcomissão da Reforma Agrária e os dois acabaram dando ao senador Édson Lobão (PFL-MA) a oportunidade de usar *casca de banana* para os progressistas da subcomissão escorregarem.

Em pelo menos três oportunidades, Lobão conseguiu bombardear o Regimento Interno da Constituinte e a atuação dos progressistas com munição fornecida por Ulysses. Logo no começo da sessão, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, foi informado de que um suplente do PMDB na subcomissão era o deputado Osvaldo Almeida (PL-RJ). Quando reagiu, ficou sabendo que Almeida estava na comissão por causa de um acordo feito pelo presidente do PMDB.

**13º voto** — Osvaldo Almeida entrou na subcomissão no lugar do deputado Benedicto Monteiro. Era o 13º voto com que os progressistas contavam para derrotar os 12 votos conservadores na subcomissão e aprovar o anteprojeto do relator, deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), da ala progressista do PMDB.

Mário Covas ainda tentou usar uma outra prerrogativa que a liderança lhe dá. Ele poderia pedir a substituição definitiva de Benedicto Monteiro na subcomissão, pelo deputado Antero de Barros (PMDB-MT). O presidente, Edison Lobão disse que Covas oficiasse ao presidente da Constituinte.

A resposta de Ulysses ao pedido do líder do PMDB foi um “publique-se”

escrito no ofício enviado por Covas. Para interpretar a resposta, foi chamado o secretário da Mesa da Câmara, o funcionário Paulo Afonso. E a interpretação dele resultou noutra *casca de banana*. A decisão sobre a troca de deputados na subcomissão deveria ser decidida por Edison Lobão. Osvaldo Almeida permaneceu.

**Substitutivo** — Durante várias horas, os progressistas da subcomissão argumentaram e levantaram questões de ordem contra a decisão do presidente de colocar em votação um substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG) que, segundo os progressistas, impediria a realização da reforma agrária por mais 20 anos. Tudo em vão. Lobão se manteve irredutível. Estava apoiado em resposta de Ulysses a uma questão de ordem dele, autorizando a apresentação de anteprojeto substitutivo ao parecer dos relatores, embora o regimento determine que os pareceres dos relatores é que têm que ser votados. Para serem emendados, os pareceres — segundo o Regimento — devem ser votados artigo por artigo. Outro tiro certo de Edison Lobão no regimento com munição fabricada pelo presidente do PMDB e da Constituinte.

Era quase 3h da madrugada de domingo quando Benedicto Monteiro chegou ao plenário do Senado. O substitutivo de Rosa Prata já tinha sido aprovado. Aí, a vantagem de um voto, que tinha dado a vitória aos conservadores, virou para o lado dos progressistas. Benedicto assumiu o lugar de Osvaldo Almeida e se recompôs a relação de 13 progressistas contra 12 conservadores.

## Verba só deve ir para rede oficial

A subcomissão de Educação, Cultura e Esportes decidiu, por 14 votos contra três, pela proibição da destinação de verbas públicas a estabelecimentos de ensino particular, deixando para as disposições transitórias do anteprojeto a regulamentação das escolas comunitárias sem fins lucrativos, que poderão receber subvenção do Estado. A emenda ao relatório do senador João Calmon (PMDB-ES) foi apresentada pela deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) e defendida pelo deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) — proprietário de várias faculdades no Nordeste.

A votação do anteprojeto de João Calmon estendeu-se por mais de seis horas, acompanhada por lobistas do ensino particular e público. Por pouco, a confrontação de faixas e cartazes não provocou uma briga. Para a inclusão da emenda da Abigail Feitosa foram decisivos os votos dos deputados José Carlos Sabóia (PMDB-MA), Chico Humberto (PMDB-MG), que chegou atrasado por problemas de teto no Aeroporto de Brasília e a participação como suplente do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que acompanharam a posição do presidente, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS).

**Ausências** — As ausências de Chico Humberto, do deputado Paulo Silva (PMDB-PI) e deputado José Moura (PFL-PE) preocuparam os parlamentares comandados por Hermes Zanetti, que mantiveram durante todas as reuniões da subcomissão posição contrária à do relator. O número de parlamentares favoráveis à proibição da destinação de verbas públicas para o setor particular de ensino não era suficiente para a aprovação, e até o deputado Pedro Canedo (PFL-GO) — que se alinhava com Zanetti — mudou de posição, após um “puxão de orelhas” do líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço. Canedo, que apresentou emenda para a suspensão do financiamento do setor privado, voltou atrás e pediu a retirada da expressão “destinação indireta”, o que permitiria a manutenção do repasse de verbas oficiais.

Para suprir as vagas dos faltosos do PMDB alinhados com Zanetti, compareceram os deputados Jorge Hage (PMDB-BA) e José Carlos Sabóia (PMDB-MA), previamente contactados pelo presidente da subcomissão. O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), apesar da pneumonia dupla que teve na semana passada, contrariou as prescrições médicas e compareceu à votação, reforçando Zanetti. Mesmo assim, a proibição só foi aprovada com os votos de parlamentares contrários à emenda de Abigail Feitosa após um acordo com o deputado Octávio Elísio (PMDB-MG). Ele comprometeu-se, em conjunto com o relator da comissão temática, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), a incluir no texto das disposições transitórias a regulamentação das escolas comunitárias. Foram decisivos os votos dos deputados Átila Lira (PFL-PI), Solon Borges dos Reis e do senador Lourenberg Nunes da Rocha (PMDB-MT).

## Tensão, raiva e ironia

### Diálogo áspero mostra luta por cada artigo

**D**ialogos ouvidos no plenário do Senado, nas galerias e em alguns gabinetes durante a reunião mostram o clima de tensão na Subcomissão da Reforma Agrária, onde foram apreendidos pelos seguranças 25 canivetes. Ada, funcionária do gabinete do senador Severo Gomes, tentava convencer a funcionária da OAB de Belém, onde Benedito Monteiro fazia a sua palestra — “dê um jeito de trazê-lo ao telefone agora. É uma questão urgentíssima”. Do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) ao telefone, para Benedicto:

— Olhe, meu irmão, a situação aqui tá crítica. Saia daí e vá direto ao aeroporto. Alugue um avião e volte imediatamente. Nós estávamos preocupados pensando que você tivesse sido sequestrado. E já tem gente dizendo que você foi visto no sítio do Pericumã (propriedade do presidente Sarney). Diálogo entre Mário Covas e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP): Cardoso Alves (irônico) — Eu aprendi

di muita coisa com V. Exa. hoje aqui. Mário Covas (irritado) — E V. Exa. não perde por esperar. Ainda vai aprender muito mais.

Senador Edison Lobão (PFL-MA), presidindo a reunião:

“Ao meu rei tudo. Menos a minha honra”.

Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) — “Isso é pra quem tem honra...”

Deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) — O deputado Roberto Cardoso Alves, para felicidade de todos nós, ainda não é presidente desta casa”.

Do deputado José Lourenço, líder do PFL, para Roberto Freire, líder do PCB, quando os progressistas recompueram a vantagem de um voto, com a chegada de Benedicto Monteiro:

— Estamos perdendo com categoria. Com educação.

Diálogo entre José Lourenço e Osvaldo Lima Filho:

Lourenço — Se o seu presidente ouvisse seu líder, V. Exa. seria destituído do cargo de relator agora mesmo (os conservadores tinham aprovado o substitutivo do deputado Rosa Prata). Osvaldo Lima Filho — Nós não estamos em Portugal nos tempos do salazarismo, deputado.